

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

nº 127 - Agosto/Setembro de 1976 - Crs 1,00

**Assassinado
mais um
dirigente
comunista!**

pag. 3

EDITORIAL

A onda de terrorismo e violência desencadeada recentemente contra instituições e personalidades da vida pública brasileira é um elemento que merece reflexão e atenção de todos os democratas e opositores em nosso País. Antes de mais nada, o terrorismo e a violência não são fatos isolados no quadro político nacional. Ao contrário, eles vêm se constituindo em forma normal de exercício do poder desde que os setores golpistas das Forças Armadas, em estreita ligação com o imperialismo norte-americano e as forças mais reacionárias do país, tomaram o poder em 1964. Mas por que ocorre precisamente agora um recrudescimento da violência que o regime ditatorial vem imprimindo à nação há tanto tempo? E por que as bombas e os ataques a figuras representativas do clero brasileiro?

É significativo que tais coisas aconteçam no momento em que a ditadura Geisel vem enfrentando sérias dificuldades no terreno político e econômico, e quando se aproximam as eleições municipais, em que as perspectivas de derrota do governo, nos centros decisivos do país, são cada vez mais claras. Ao mesmo tempo, tudo isso se passa em meio a uma situação na qual o governo, pela palavra autorizada do próprio ditador, reafirma a validade dos instrumentos de exceção e de arbítrio, e posterga o restabelecimento da democracia no Brasil para um futuro indefinido. Tal quadro não deve iludir ninguém.

Em primeiro lugar, o povo brasileiro sabe que a violência hoje tem um foco e um agente executor, ambos facilmente identificáveis: o próprio governo. Através de seu gigantesco aparelho de repressão, a ditadura estimula e permite a ação de grupos que, sob a surrada bandeira do anti-comunismo, tentam silenciar as forças democráticas.

Em segundo lugar, é preciso ficar claro que o restabelecimento da democracia no Brasil não depende das boas ou más intenções de qualquer ditador que porventura ocupe a chefia do governo. Não é Geisel e nem são os comandos militares que terão a última palavra sobre o assunto. A democracia é hoje a aspiração mais legítima da imensa maioria do povo brasileiro, e é isto que a transforma num movimento irresistível.

É evidente que a ditadura, já prevendo a derrota nas eleições de 15 de novembro, pretende criar um clima em que a oposição se sinta aterrorizada. Tais manobras já provaram a sua ineficácia no passado. Elas certamente estão condenadas ao insucesso no presente. A resistência anti-fascista tem profundas raízes na sociedade brasileira.

Já não é suficiente que a campanha eleitoral se desenrole com tais restrições à liberdade de propaganda, que poucas ditaduras no mundo ousariam impor. Torna-se agora necessário recorrer a instrumentos mais diretos de intimidação e coação.

No momento em que o terreno principal da luta se desloca temporariamente para o confronto eleitoral, não pode haver hesitação possível. Derrotar a ditadura é dificultar a aplicação de sua política, é aprofundar o fosso, entre a nação e o regime. Significa fortalecer o conjunto das forças democráticas e avançar na construção e alargamento da frente anti-fascista.

Os Comunistas e a luta pela Democracia

A luta dos comunistas brasileiros pela democracia não tem um caráter apenas tático. Ela decorre da análise da nossa realidade objetiva e da certeza que a derrubada do regime não pode ser obra de um outro grupamento isolado. Ao lado da pergunta «Por que os comunistas lutam pela democracia?» deve ser colocada uma outra: «Por qual democracia lutam os comunistas no Brasil?». A resposta a estas questões indica a estratégia de nossa luta pelas liberdades.

A Mentira do debate sobre Estatização/Privatização

Não é segredo para ninguém o papel jogado pelo Estado, desde o golpe de 1964, na defesa dos interesses dos monopólios, os norte-americanos em particular. Como se explicar, então, o debate lançado através da «grande» imprensa, segundo o qual, reconhecidos defensores do regime, começam a se «inquietar» com a estatização da nossa economia? O que há na verdade por trás da mentirosa equação «Estatização» x «Privatização» Ditadura x Democracia? E' o que se responde na pg. 8.

Perú: Os Descaminhos no paternalismo de uma «Revolução»

A chamada Revolução Peruana vive um momento crítico. Por pressão do imperialismo e da oligarquia local, o processo sofreu um perigoso retrocesso. Mas uma grande responsabilidade vai também para os militares progressistas e seus «ideólogos» que julgaram ser possível consolidar a etapa anti-imperialista da Revolução fazendo concessões ao anticomunismo, e colocando, em segundo plano, a importância de um desenvolvimento autenticamente democrático e sem paternalismos.

O VOTO É UMA ARMA DO POVO!

Perú: Revolução! Meia-volta, volver?

Para os patriotas antifascistas que vêm o combate ao imperialismo desvinculado do contexto da luta pelas liberdades democráticas, há uma séria advertência na guinada do processo peruano. Porque lá, os que representavam o setor progressista das Forças Armadas, se deixaram levar pelas ideologias «terceiristas» e pelas concepções paternalistas de organização das massas. Resultado: a divisão das forças democráticas em benefício da manobra reacionária.

Independentemente do cansaço que possam propiciar as fórmulas pré-fabricadas, os acontecimentos no Perú contêm muitos ensinamentos para as diversas teorias que se tentam desenvolver a respeito das questões concernentes aos militares e o poder.

Teriam os militares peruanos comprovado definitivamente que, tanto a curto quanto a médio prazo, as Forças Armadas são sempre instrumento da oligarquia no nosso continente? Ou teriam, por outro lado, mostrado que depois da Revolução Cubana, nem mesmo um poder militar pode sobreviver na América Latina se optar por um modelo de desenvolvimento que tira os interesses do imperialismo, o norte-americano em particular?

Pelo menos, no que se refere a nosso País, os comunistas brasileiros não concordam com essas duas colocações pessimistas. O que nos parece mais justo afirmar é que mesmo um poder militar não pode ferir os interesses do imperialismo se não tiver a seu lado, organizados de maneira democrática, sem paternalismos, todos os setores da população interessados em um desenvolvimento nacional independente e democrático. Em especial os trabalhadores, a classe operária e os camponeses, com suas associações de classe e partidos políticos. Ou seja, é na defesa de um regime verdadeiramente democrático que os militares podem contribuir para criar as condições de segurança que assegurem a independência definitiva da nação.

E NO PERÚ?

Não se trata aqui de fazer uma análise

detalhada da experiência peruana, desde a instalação do governo do General Alvarado, em 1968, até os dias atuais. Mas, em síntese, pode-se considerar alguns pontos que permitam desenvolver uma argumentação para o que afirmamos.

O movimento de 1968, que derrubou Belaúnde Terry, tem suas origens nas discussões do CAEM, o centro de estudos militares correspondente à Escola Superior de Guerra, no Brasil. E' lá que uma geração de militares conclui que sua tarefa não poderia continuar sendo a da manutenção de um regime em que uma parcela mínima de latifundiários, algumas famílias, controlava a economia do país e em que a quase totalidade do povo era submetido a baixíssimo nível de vida.

Uma tal discriminação econômica tinha ainda graves conotações raciais, desde que expressava, ao mesmo tempo, uma divisão entre brancos espanhóis e os índios descendentes da nação inca.

Para estes militares do CAEM, então, qualquer projeto nacional passava antecipadamente pela necessidade de um conjunto de reformas estruturais que permitissem uma mudança desse quadro. Havia que modificar esse sistema de privilégios e de conseqüente corrupção política e econômica.

Mas está claro que falar em militares não significa referir-se a um grupo monolítico, sem contradições ideológicas. E se houve acordo para algumas medidas fundamentais (nacionalização do petróleo, reforma agrária, nacionalização da indústria pesqueira, criação da área de propriedade social, etc.), não é menos verdade que o grupo progressista (do qual o General Fernandes Maldonado constitui a expressão mais evidente) fez sérias concessões, com a ilusão de que todo o processo poderia ser definido no limite dos quartéis.

E aí, nos parece, está a questão fundamental.

AS CONCESSÕES

Porque, para apaziguar os setores mais conservadores, o grupo progressista aceitou a idéia de que rejeitar os valores políticos do regime derrubado implicava também em rejeitar suas formas de oposição. Mesmo a que tivesse caráter de classe e que, por isso, fora sempre reprimida. Tal era o caso do Partido Comunista e da CGTP, a central de trabalhadores classista, todos colocados no mesmo saco do pró-imperialista e populista APRA, de Haya de la Torre.

Assumiram, ideologicamente, uma posição perigosamente terceiomundista, proclamando-se pioneiros de um novo sistema social que nada tinha a aprender do socialismo já existente, embora se declarasse visceralmente anticapitalista.

E' claro que nunca os militares cogitaram de assumir uma posição repressiva em relação às forças democráticas e progressistas.

Ao contrário. O Partido Comunista teve condições para estabelecer sua sede e para editar seu jornal.

O que o grupo de Maldonado se permitiu conciliar, então, foi aceitar a solução paternalista da criação de novas organizações populares, recusando o apoio, e evitando contatos ou discussões com as organizações já existentes, que apoiavam abertamente o processo, ademais de terem uma representatividade crescentemente confirmada com o desenrolar do processo.

Criou-se o SINAMOS, um sistema de mobilização social, através do qual se coordenariam os diversos setores, a nível de trabalhadores — do campo e da cidade — e de juventude. Pelas mãos dos funcionários nascia então a Confederação Nacional de Agricultura, a Confederação Nacional de Trabalhadores do Perú, a Juventude Revolucionária do Perú, além de algumas outras organizações menos importantes. O Sinamos se revelaria o reflexo das contradições da filosofia do regime.

Como ideólogo e dirigente deste pretensamente asséptico sistema, colocou-se o sociólogo Carlos Delgado, antigo militante aprista, secretário pessoal de Haya de la Torre, que, ao abandonar as idéias do antigo mestre, abriu uma exceção para o anticomunismo, o qual transformou em tônica das concepções transmitidas — com o consentimento dos militares progressistas — às organizações nascidas do aparato central.

CONSEQUENCIAS

O resultado prático dessa complexa operação foi o surgimento de um imenso aparelho burocrático, rapidamente ocupado pelos apistas que, «apoiando» verbalmente as medidas nacionalistas do novo regime, neutralizavam-nas no momento da concretização, sob o pretexto de impedir a «infiltração da influência» dos comunistas.

O resultado político não poderia ser menos que desastroso: a divisão das forças democráticas e a criação de uma área de manobra para os grupos aventureiristas que logravam sabotar a tarefa dos comunistas de buscar uma unidade a nível da base social do regime. Uma unidade em que se apoiaria as medidas antiimperialistas, e que tentaria corrigir os equívocos das concepções ideológicas do governo militar.

Quando os setores militares progressistas tomaram consciência de tal realidade, já era difícil impedir a contra-ofensiva da oligarquia, e a dura derrota política que lhes foi imposta em julho, com a conseqüente guinada à direita do governo Morales Bermudez.

Vale repetir, à guisa de moral da história: o exemplo do Perú serve aos comunistas brasileiros como um reforço às suas teses. A vitória das forças democráticas de nosso país, contra o regime fascista e a dominação imperialista, só será definitiva se vier no contexto de um processo de desenvolvimento realmente democrático e popular.

A UNIDADE DEMOCRÁTICA DERRUBA A DITADURA!

Brasil e o PCB segundo revista política do PCI

Como os comunistas italianos vêem a nossa realidade e o papel que nela joga o PCB? A resposta está nesta síntese do trabalho «A Crise do Modelo Brasileiro», um ensaio de Paulo Kelerman, publicado em dois números de «Rinascita», semanário político-cultural, editado pelo PCI, em suas edições de 2 e 9 de julho de 1976. O fim do «milagre» e a abertura de nova fase política no Brasil são as conclusões mais gerais da análise lá desenvolvida.

O ensaio não se limita a denunciar para o público italiano os crimes do atual governo brasileiro. Neste obscuro período, muitos prestigiosos dirigentes do PCB caíram nas mãos da polícia; entre esses, nove membros do Comitê Central foram assassinados no cárcere; além disso, Kelerman se propõe também a analisar em profundidade as raízes históricas e o modo de atuação do fascismo em nosso País. Representa assim uma importante contribuição à análise de um problema que interessa a todo o movimento democrático e revolucionário internacional.

Analisando o período Kubitschek, Kelerman opina que certas características da política desenvolvimentista já anunciavam o chamado «modelo econômico» implantado pelo fascismo: «No período Kubitschek, não apenas se favorece o afluxo do grande capital internacional, mas se incentiva o processo de concentração do capital nacional, tanto público quanto privado».

Referindo-se ao golpe de 1964, Kelerman não minimiza o papel jogado pelos serviços secretos estadunidenses para «desestabilizar» o Brasil. Mas também coloca a questão «das graves responsabilidades das forças políticas da esquerda brasileira», que — em sua opinião — não perceberam «que o eixo da conjura reacionária já não era representado pelos latifundiários, mas pelo novo bloco dominante constituído pela burguesia monopolista industrial».

Isso o leva a avaliar o regime implantado após o golpe de 1964 como «uma ditadura militar a serviço da ala moderna e não daquela feudal do capitalismo brasileiro». A finalidade do regime, no plano econômico, é o de «acentuar o processo de concentração capitalista», organizando a «ritmos acelerados o processo de industrialização do país sobre a base de três grandes forças: os grupos monopolistas nacionais, o capital «estatal e as multinacionais». As altas taxas de acumulação seriam possibilitadas pelo arrocho

salarial, com dramáticas consequências sobre o nível de vida das camadas pobres.

Uma das partes mais interessantes e polémicas do estudo de Kelerman é sua análise das motivações do chamado «pragmatismo responsável» que está informando a política externa do Brasil. Para o autor, «pode-se crer na hipótese de que uma política externa «nacional», ou de qualquer modo autônoma, mesmo em contradição com o imperialismo e com os Estados Unidos, possa servir aos interesses das multinacionais operantes no país».

Numa política de amplo alcance, as multinacionais — «presentes em massa no Brasil» — estariam interessadas em que o Brasil desenvolvesse a «função de ponte de lança de muitas de suas iniciativas mundiais». Kelerman cita a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, o voto da moção anti-sionista na ONU e o reconhecimento da República Popular de Angola como exemplos dessa política «autônoma» do fascismo brasileiro.

«Se não se captam esses aspectos essenciais da realidade brasileira — observa Kelerman — pode-se correr o risco de interpretar as aberturas nacionais do governo como sintomas de um desenvolvimento democrático e progressista do país e não como a consequência, em termos econômicos e políticos, da linha do fascismo brasileiro», ou seja, de suas relações de dependência diante das multinacionais.

Outro importante aspecto do ensaio de Kelerman é sua análise dos movimentos de oposição à ditadura, sobretudo no novo quadro estabelecido a partir de 1968 (da decretação do AI-5). Referindo-se à «crise polémica» no âmbito das forças de oposição, o camarada italiano apresenta um juízo claro sobre a ação dos grupos da ultraesquerda:

«A aventura guerrilheira, rica de episódios heróicos, concluiu-se tragicamente num banho de sangue. O movimento operário e progressista, no seu conjunto, pagou um elevadíssimo preço em vidas humanas, perdendo milhares de quadros e de jovens militantes».

Para o autor, as eleições de 1974 — com a esmagadora vitória da oposição democrática agrupada no MDB — lançam o governo numa profunda crise política que prossegue até hoje. Essa vitória — «primeira resposta de massa ao regime» — seria «uma confirmação da validade de uma estratégia política, sustentada pelo PCB, cujo objetivo era uma aliança das classes populares e das camadas médias produtivas em torno de uma plataforma unitária e antifascista». Kelerman ressalta ainda a importância, no âmbito dessa frente, da «superação das antigas contradições entre as forças progressistas e as grandes massas católicas».

Kelerman, embora ressaltado a gravidade da crise em que se debate o fascismo brasileiro, não pretende apresentar uma perspectiva falsamente otimista: «A consciência da amplitude da frente antifascista alarmou as correntes extremistas do regime... Del as prisões em massa, as execuções sumárias, as torturas». Mas ele também adverte — numa avaliação lúcida — que «se abriu uma fase nova com relação à de alguns anos atrás».

MONTENEGRO DE LIMA, MAIS UM MÁRTIR DO PCB

A ditadura fascista brasileira assassinou mais um dirigente comunista, o jovem José Montenegro de Lima. Seu crime? Ser filho das camadas mais pobres do nosso povo, mas chegar, em função de suas qualidades pessoais, à presidência da União Nacional de Estudantes Técnicos, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964. Ter enfrentado, apesar da feroz perseguição que lhe foi sempre movida, longos anos de dura vida clandestina orientados para o trabalho de organização paciente dos jovens democratas e progressistas de todo o Brasil, inconformados em se calar diante do abismo de mediocridade cultural e social em que este regime fascista pretendia mergulhá-los. Ser um brasileiro que, a despeito dos maus momentos atravessados por nosso povo, nunca perdeu seu otimismo, seu amor pelo próximo, sua integridade moral, seu patriotismo e sua combatividade.

Não, Montenegro de Lima não se inscrevia decididamente nos quadros de uma sociedade onde os valores são determinados por carrascos como Fleury, «cidadão acima de qualquer suspeita», chefe do «Esquadrão da Morte». Ele não poderia ser aceito por um regime onde a mediocridade cultural e alienatória de Silvio Santos é premiada com um canal de televisão, enquanto uma apresentação do Balé Bolshoi é alvo da censura.

Por lutar contra isso, por desejar um futuro de paz e progresso para seu povo, Montenegro de Lima foi assassinado.

Mas se é verdade que o eliminaram fisicamente, não é menos verdade que seu nome se transformou em uma bandeira para os jovens democratas de todo o mundo.

A FMJD, organização que congrega jovens democratas e progressistas de todos os continentes, estabeleceu que o presumível dia da prisão de Montenegro de Lima, 30 de setembro, fosse definido como o da Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro. Montenegro de Lima foi juntar seu nome ao dos heróis do povo brasileiro que o antecederam no martírio diante dos carrascos dos aparelhos de segurança da ditadura. Encontra-se ao lado de João Massena, Luis Maranhão, Davi Capistrano, Elson Costa, Jaime Miranda, Walter Ribeiro, Célio Guedes, Orlando Bonfim, Hiram Lima, José Romano e outros.

O povo brasileiro, mais cedo do que pensam os atuais donos do poder, glorificará esses nomes.

ANISTIA PARA TODOS OS PRESOS POLITICOS!

Os Comunistas e a luta pela Democracia

Hoje, no Brasil, fora dos quadros dos beneficiários diretos do regime fascista, a palavra democracia assume uma quase unanimidade nos projetos políticos. E não é por acaso. Ela expressa, em verdade, a aspiração maior do povo brasileiro em nossos dias. Neste artigo, com a autoridade de pertencer ao partido político que mais fez pela unidade de todas as forças anti-fascistas, um membro de PCB define a nossa luta e a democracia que aspiramos.

No seu objetivo permanente de unificar as diversas correntes políticas nacionais na luta contra a ditadura de Geisel, os comunistas vêm desempenhando um papel de primordial importância no cenário político brasileiro. Desde que se instaurou o regime militar de 1964, o Partido Comunista não poupou esforços no sentido de eliminar divergências secundárias e de buscar os pontos comuns em torno dos quais pudesse se dar a convergência das diversas forças na sua ação contra o regime ditatorial. Tal esforço partia da convicção profunda, hoje comprovada pelos fatos, de que o processo de derrubada do regime brasileiro não poderia ser obra deste ou daquele grupamento isolado, mas de uma ampla coligação em que estivessem presentes todos os setores cujos interesses não coincidissem com os rumos anti-nacionais e anti-democráticos que o fascismo imprimiu ao Brasil. Ao mesmo tempo, o trabalho de unidade partia do elemento objetivo de que na sociedade brasileira o modelo de desenvolvimento adotado e a natureza do regime imposto, quer em seus traços essenciais ou secundários, colocaria forçosamente na oposição ao fascismo a grande maioria da nação.

A unidade pela qual se empenham os comunistas não é, portanto, uma unidade desligada do movimento real da sociedade. Ao contrário, ela pressupõe a existência e a ação, permanente ou esporádica, de forças reais, que se manifestam em oposição ao regime existente. A amplitude e o alcance deste movimento de oposição podem ser melhor avaliados se levarmos em conta as dificuldades com que sempre tropeçou o regime brasileiro para obter um nível de institucionalização que garanta a sua continuidade. E este nível não pôde ser atingido, justamente porque o conjunto de forças que se opõe à ditadura, mesmo não sendo suficientemente forte para derrubá-la, é capaz de derrotá-la em sucessivos momentos, de modo a torpedear todos os projetos de reforma institucional propostos pelos estrategistas do regime.

Vejamos como se coloca esta questão em termos mais claros. O regime brasileiro não

pode sobreviver sem o instrumento de força e arbitrio que é o Ato Institucional n. 5. E quem é, hoje em dia, que aceita o Ato Institucional como instrumento legítimo de governo? É evidente que o povo, a classe operária e os setores mais combativos das camadas populares o repelem e a prova mais evidente disso foram os resultados das eleições legislativas de 1974. A partir daí, tornou-se mais difícil ao governo atingir o seu objetivo no terreno das instituições, o de reformar a Constituição pelo Parlamento e incorporar o Ato Institucional ao texto constitucional. Apesar do abandono da política de «distensão» e do agravamento da repressão, com a intenção evidente de isolar os comunistas do conjunto da frente oposicionista e de colocar na defensiva as forças de oposição, o impasse permanece. O governo não atingiu seus objetivos e a ditadura encontra-se em crise também no plano político-institucional. Fórmulas milagrosas, como a criação de um terceiro partido, não conseguirão resolver nem encobrir as debilidades de um regime, cujo nível de descontentamento que provoca se reflete até nas fileiras da própria formação partidária governamental - a ARENA.

É mais do que claro que a situação do país requer uma intensificação do trabalho de unidade entre as diversas correntes oposicionistas. E esta unidade deverá se assentar numa base de entendimento comum, na qual a natureza e os traços essenciais do regime a suceder o atual regime fascista estejam no mínimo delineados. Assim sendo, ganha uma atualidade nova a questão da democracia no Brasil.

Ao lado da pergunta - Por que os comunistas lutam pela democracia? - deve ser colocada igualmente uma outra pergunta: Qual é a democracia por que lutam os comunistas no Brasil?

A resposta à primeira pergunta se encontra no bojo do próprio trabalho de unidade e no processo de construção da frente anti-fascista. Não há dúvidas de que o ponto relativo à democracia é crucial em todos os entendimentos e não há hoje nenhuma força em ação no quadro político brasileiro que não coloque o restabelecimento das liberdades democráticas como item central em sua plataforma. Fazer, portanto, da democracia o ponto central em torno do qual se controle a unidade das forças oposicionistas é algo que decorre da própria realidade do processo político brasileiro e não das intenções ou da avaliação subjetiva deste ou daquele partido, movimento ou setor.

Ao colocar hoje, como ponto central, a instauração de um regime que garanta amplas liberdades democráticas, os comunistas estão buscando fazer com que o movimento de oposição incorpore um número crescente de forças. Mas encarar o problema da democracia exclusivamente sob este aspecto é errado e deriva de uma falsa compreensão do problema. A democracia, para os comunistas, não é um problema de circunstância, momentâneo ou tático. Nós não estamos lutando pela democracia no Brasil simplesmente porque esta é uma palavra de ordem de maior alcance ou penetração ou porque é mais fácil unificar um determinado número de correntes em torno da democracia, na luta contra o fascismo. Como partido político, os nossos compromissos com a democracia

vão além de simples engajamentos táticos. A situação que atravessam as forças progressistas hoje, no Brasil, exige a unidade em torno da democracia. Mas não é só por esta razão que os comunistas lutam pela democracia. Os comunistas brasileiros compreendem que o avanço do processo revolucionário no Brasil será o resultado da ação de forças amplas e numerosas, com a classe operária à vanguarda, exigindo um alto nível de organização e de consciência da problemática nacional por parte de cada uma destas forças. E o livre debate dos múltiplos problemas que afligem o Brasil, a busca de soluções que convenham aos interesses populares, assim como a elevação do nível de organização e de combatividade do movimento de massas só terão a lucrar com a instauração de um regime de plenas garantias democráticas. A democracia no Brasil interessa ao movimento de massas e à luta pelas transformações profundas de que necessita a sociedade brasileira.

Mas ainda não é só por este aspecto que a luta pela democracia é essencial para os comunistas. Para utilizar uma noção hoje cara aos economistas, não é única e exclusivamente o problema do «custo social» do processo revolucionário que está em discussão. Em outras palavras não é só porque o desenvolvimento da luta de classes na democracia implica menores sacrifícios para as massas que os comunistas lutam pela democracia.

O que é necessário é se estabelecer e incorporar à luta revolucionária a idéia de que as massas populares, assim como suas vanguardas, não são indiferentes à natureza do regime no bojo do qual se desenvolve a luta de classes. E neste processo, não há terreno neutro: conseguir um regime democrático hoje no Brasil significa negar terreno de ação às classes dominantes e ao imperialismo, reduzindo, conseqüentemente, sua área de manobra e ampliando a margem de ação do movimento popular. Não se entende, do que foi dito acima, que as massas e os comunistas lutam pela democracia porque as classes dominantes optaram pelo caminho do golpe de Estado em 1964, criando um regime que, de militar e autoritário, desembocou no fascismo. E, antes, o raciocínio oposto que se deve seguir: as classes dominantes apelaram para o golpe de Estado porque o movimento de massas seja no terreno do combate antimperialista ou no da luta popular por melhores condições de vida e trabalho, vinha conseguindo êxitos nos quadros de uma democracia mesmo incompleta e restritiva, como o era a brasileira antes de 1964.

O problema central consiste em se ter claramente estabelecido a noção de que a democracia é o terreno no qual avança, de maneira mais sistemática, vigorosa e permanente, o processo revolucionário no Brasil. E, em contrapartida, é exatamente neste terreno que as classes dominantes e o imperialismo se sentem mais impotentes para deter o avanço do movimento de massas.

É óbvio que a acitação desta afirmação nos remete imediatamente a uma questão cuja oportunidade já foi referida neste artigo.

Como garantir a vida democrática no Brasil? Como fazer com que o regime que substitua o fascismo seja um regime efetivamente capaz de permitir nos seus quadros o avanço do movimento popular?

ABAIXO A DITADURA!

O Brasil é um país onde a democracia sempre foi, historicamente, objeto de luta. Isto significa que, ao lado da luta democrática, se contrapondo a ela, tentando obstaculizá-la, se desenvolveu um movimento inverso, um movimento que se caracterizou pela busca permanente de soluções de força, autoritárias e que visavam afastar ou, caso isso fosse possível, excluir as massas do processo político. A democracia no Brasil nunca foi algo de estável, de consolidado, de firmemente estabelecido; sempre foi posta em questão. Setores das classes dominantes sempre viram nas soluções de força uma alternativa para situações em que o avanço das forças democráticas criava impasses institucionais com reflexos evidentes na estrutura econômica e social. E, a bem da verdade histórica, deve ser dito que nem sempre foi o espírito de conciliação, tão louvado por alguns historiadores brasileiros, que prevaleceu.

O desenvolvimento do processo político no Brasil nos permite, portanto, fazer a afirmação de que não são as classes dominantes as fiadoras da vida democrática em nosso país. A democracia é algo sério demais para que o seu destino esteja unicamente nas mãos das classes dominantes brasileiras. Só poderá se desenvolver de maneira estável um regime democrático profundamente alicerçado no movimento de massas e que tenha no avanço deste movimento a sua principal garantia.

Isso pressupõe, evidentemente, modificações profundas na estrutura econômica e social. A democracia a que aspiram os comunistas para o Brasil não se limita ao plano institucional. Ao lado de itens como direito de organização, liberdade de expressão e de propaganda das diversas correntes políticas e de pensamento, é necessário que se tomem medidas que eliminem o autoritarismo latente na estrutura social brasileira. Enquanto a concentração da propriedade da terra permitir a existência de uma classe latifundiária e enquanto os monopólios nacionais e estrangeiros ocuparem uma posição predominante na economia, haverá o risco do autoritarismo e uma base material concreta para o fascismo e a contra-revolução. A restauração democrática no Brasil não será completa se permanecerem intactas as fontes onde se nutre o fascismo brasileiro.

Lutar pela democracia é, pois, algo de muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Esta luta envolve e abarca aspectos que vão desde o nível institucional até elementos essenciais da estrutura econômica e social brasileira; ela se apresenta, hoje, como uma espécie de ponto nodal para o qual convergem as contradições mais agudas que o desenvolvimento capitalista criou no Brasil nos últimos anos.

Lutar pela democracia implica não só em lutar pela defesa do calendário eleitoral proposto pela ditadura, pelo respeito ao resultado eleitoral e pela inviolabilidade dos mandatos. Ela implica também na luta pela abolição do Ato Institucional n. 5 e de dezenas de atos complementares que constituem a formidável reserva jurídica de que o governo se vale para justificar o sistema de arbítrio e terror criados pela ditadura militar-fascista. Mais do que gerar um regime de natureza diferente do que o Brasil conhece hoje, a luta pela democracia implica criar um terreno favorável ao avanço das forças que lutam pelo socialismo no Brasil.

P. Gonçalves

Presidente JK e a lição do povo

O povo brasileiro sempre compreendeu a importância dos grandes momentos. O enterro do presidente JK foi mais uma prova, cujo antecedente mais marcante está no suicídio de Vargas. Naquela ocasião, como agora, ninguém precisou convocar ninguém. O povo impôs a legalidade e respondeu às bombas e ao terror com a ocupação das ruas. E é nessa capacidade de mobilização permanente que ele vai impor a queda do regime fascista.

O enterro do Presidente Juscelino Kubitschek revelou dados muito concretos que fortalecem a posição dos comunistas com respeito à questão de definir a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas como um aspecto fundamental na unidade das forças antifascistas.

Os aplausos durante a missa, e também durante a passagem do cortejo fúnebre em frente de «Viva a Liberdade!», o caráter de combatividade das massas populares na homenagem que prestavam e que levaram a ditadura a decretar, sob a pressão dessas manifestações, o luto oficial de três dias, todos estes são fatos bastante significativos.

Porque em verdade, a despeito do aspecto de afetividade e de respeito a JK, o que estava na essência de tudo era a necessidade premente do povo brasileiro de mostrar o seu interesse imediato na derrubada do regime fascista que nos oprime a todos. Uma manifestação como a de Brasília — e que poderia ter sido ainda de maior porte no Rio, caso o corpo não tivesse sido tão rapidamente transferido — deixaram bastante claro para os carfeus da ditadura que, quando tornava de tal forma expansivo o seu afeto a JK, o povo brasileiro mostrava em verdade o quanto valorizava o aspecto democrático do seu período de governo.

E' fato conhecido também que a decisão do governo de decretar o luto oficial foi uma consequência do nível das manifestações. A medida foi tomada com um atraso de ho-

ras, somente explicável pela necessidade de consultas com os comandos militares mais reacionários, em sua totalidade partidários das manobras que, em 1955, a reação desencadeou na tentativa de impedir a posse de JK. E não menos importante de ressaltar é a reação de alguns porta-vozes civis do regime atual, só capazes de manifestar sua «admiração» ao caráter desenvolvimentista de seu governo.

Ou seja, pressionados pelo clima de comção nacional, foram obrigados a verter lágrimas, mas escolhendo bem o modo de depositá-las. O JK que lhes interessava louvar era o da instrução 113 da SU-MOC, era o JK da abertura das nossas portas à sanha dos monopólios multinacionais.

Mas o fundamental foi o que emanou do povo, daqueles que realmente constroem as riquezas do nosso país. E fundamental porque mostrou a força que este povo guarda em si, capaz de colocar na defensiva todo o aparato repressivo da ditadura. E mais ainda, de obrigá-la a tomar medidas que vão contra a sua própria essência.

Se algo de lição se pode tirar dos acontecimentos que sucederam à morte do Presidente Juscelino Kubitschek, a mais importante talvez seja a de que é na ofensiva, nas ocasiões oportunas, que as forças populares impõem o eu designio. E' na unidade que as forças democráticas impõem a queda do regime fascista.

E para isso, um momento especial se apresenta nas eleições de novembro. A forma de garantir o pleito de 1978 é obter uma expressiva vitória agora. A omissão, a acomodação diante das ameaças de «virar a mesa», todas essas teorias de que é melhor perder agora para garantir depois, isto só pode servir às classes dominantes, às forças reacionárias. A forma de reconquistar a liberdade, de parar o braço do terrorismo estimulado e armado pelos órgãos de segurança do governo, é dizendo não à ditadura. E' votando contra os candidatos da ditadura nas eleições municipais.

Mais do que nunca, vale parafrasear o verso de Fernando Pessoa, para gritar: Votar é preciso!



VIVA A LIBERDADE!

Maternidade consciente, SIM! Controle forçado da natalidade, NÃO!

Os problemas da mulher e da família são preocupações constantes na linha de ação dos comunistas. Nesse quadro, o conjunto das teorias de controle da natalidade, tão a gosto da tecnocracia a serviço dos lucros dos monopólios que exploram nosso povo, assume um lugar destacado. A quem interessa o controle forçado da natalidade? Em que difere este do planejamento familiar consciente?

A notícia de que a Secretaria de Saúde de S. Paulo vai implantar, no próximo ano, um planejamento familiar, como parte do programa materno-infantil, e os insistentes comentários, embora ainda não definidos, de que um projeto semelhante seria adotado pelo INPS revelam, cada vez mais, uma tendência da ditadura fascista a se lançar sãria-mente contra a política de livre natalidade.

A nova política de natalidade que se esboça no País não aparece de pronto com sua verdadeira cara, quando se lê os comentários e entrevistas dos homens do Governo.

O professor Walter Leser, Secretário de Saúde de S. Paulo, insiste em que «não houve nenhum contacto em nível federal para a definição do programa que tem um objetivo estritamente médico: prevenir as gestantes de alto risco».

O Estado de S. Paulo aplaudindo a iniciativa diz que «é auspicioso que se revelem, permanentemente, intensos debates sobre o problema do crescimento demográfico desordenado e das medidas que poderão ser tomadas com o objetivo de resolvê-lo». E afirma, em seu editorial «Planejamento Familiar», de 11-5-1976, que «planejamento familiar e controle de natalidade são coisas muito diferentes». Enquanto planejamento consiste em educação e assistência, controle é medida coercitiva.

«Controle» ou «planejamento familiar», defender a mãe e o filho prevenindo a mulher dos altos riscos ou quaisquer outros eufemismos, não podem esconder o fato de que, pouco a pouco, independentemente de conceitos, o controle vai sendo posto em execução. S. Paulo não foi o primeiro estado a tomar essa posição. Quatro estados nordestinos — Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco — estão também empenhados em fazer planejamento familiar por meio de convênios com a Sociedade Civil para o Bem Estar da Família (BENFAM).

O controle da natalidade é a grande solução da ditadura para o desenvolvimento de um plano de assistência materno-infantil, através do qual se reduziriam as taxas de mortalidade infantil, de subnutrição, de deficiências mentais etc.

O aumento de verbas destinadas a assistir mães e filhos, a melhoria do sistema alimentar dos trabalhadores brasileiros, o in-

cremento de seus salários e uma distribuição da renda mais equitativa, que seriam as medidas mais aconselháveis para alcançar tais objetivos, estas e outras providências correlatas não são absolutamente cogitadas pelos governantes da ditadura.

BENFAM NO BRASIL

As coisas nesse terreno ficam claras quando se trava conhecimento mais íntimo com a BENFAM, principalmente quando se conhece as suas origens.

Em maio de 1965, grande número de sociedades civis, sem fins lucrativos, dedicadas ao controle da natalidade em algumas dezenas de países, reuniram-se em Genebra, à sombra da IPPF (sigla inglesa de Federação Internacional de Planejamento Familiar), para balancear os resultados de seus programas.

A IPPF financia essas entidades com recursos oferecidos por agências de desenvolvimento de países industrializados e fundações como a Rockefeller e a Ford.

Na reunião de Genebra, percebeu-se que o único grande país do mundo (quarto em área e oitavo em população) que não tinha uma entidade dedicada ao controle da natalidade, era o Brasil. Assim nasceu, em novembro do mesmo ano, durante a XV Jornada Brasileira de Ginecologia e Obstetria do Rio, a Sociedade Brasileira do Bem Estar da Família.

A BENFAM rapidamente se espalhou pelos morros cariocas, sertões nordestinos e pelo interior do país. Em 1966, 1º ano de suas atividades, através de clínicas e postos de saúde, a organização passou a distribuir pílulas anticoncepcionais e a colocar o discutido DIU (dispositivo intra-uterino) nas mulheres brasileiras.

Nesse ano, a ajuda externa em dinheiro já era grande, toda ela fornecida pela IPPF, que também mandava as pílulas e os DIU dos Estados Unidos. Outra fonte de renda da Sociedade eram os laboratórios farmacêuticos interessados em divulgar o uso dos anticoncepcionais e que por isso financiavam «pesquisas» e custeavam viagens de fundadores da BENFAM a Congressos.

O controle da natalidade desenvolvido pela BENFAM com a ajuda de organizações norte-americanas sempre foi apadrinhada no país por importantes figuras da vida política, econômica e social.

Em trabalho apresentado na Câmara do Comércio Internacional, o embaixador Roberto Campos disse que «a poluição nos países desenvolvidos é produto da industrialização, enquanto que nas economias em desenvolvimento é consequência das amplas concentrações da população à procura de melhores condições de emprego e de vida».

Mano Henrique Simonsen, ministro da ditadura, criticou o governo «por se omitir — segundo ele — na questão da planificação familiar, sonhando às populações mais pobres informações sobre a necessidade de um controle demográfico».

A RESISTENCIA

Protestos e denúncias não faltaram às tentativas concretas de estabelecer no país

uma política governamental de controle da natalidade.

Uma reportagem do jornalista Waldemar Pacheco Oliveira levou à criação de uma CPI na Câmara dos Deputados, para investigar a esterilização e distribuição maciça de anticoncepcionais às mulheres na rodovia Belém-Brasília.

Depoendo na CPI, o Deputado Mano Co-vas disse que com certeza 3.000 mulheres tinham sido esterilizadas na região compreendida pelos municípios de Imperatriz (MA), Estreito (GO) e Marabá (PA), o enclave onde começa hoje a rodovia transamazônica.

Samir Halou, professor de Medicina de Goiás, contou também casos de missionários norte-americanos da Igreja Evangélica no Brasil que se instalaram nos clubes de mães, fundados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), para passar filmes, realizar palestras sobre higiene, aplicar injeções e convencer as mulheres a usarem o DIU.

Os trabalhos da CPI deram motivo, na ocasião, a artigos nos jornais, discursos na câmara e pronunciamentos da Igreja. A onda contra o controle forçado da natalidade cresceu.

Em Outubro de 74, realizou-se em Bucarest (Rumania) a Conferência Mundial das Populações. Nessa reunião, os países socialistas, somados aos países da África e América Latina, derrotaram as teses malfianças do imperialismo yanque, segundo as quais o crescimento demográfico é a causa do empobrecimento dos países subdesenvolvidos e o principal obstáculo para seu crescimento econômico.

O Plano de Ação das Nações Unidas que seguia essa orientação foi, diante da resistência encontrada, sensivelmente modificado. Nesse plano se pedia que os governos adotassem medidas no sentido de reduzir o índice de crescimento da população mundial a 1,7% em vez de 2%, em que se cifra atualmente.

Nessa reunião foram aprovadas emendas que introduziram no plano os seguintes princípios: 1) soberania nacional no terreno da população; 2) necessidade de se chegar a uma distribuição equitativa dos recursos; 3) respeito da vida humana e reconhecimento da família como base da sociedade; 4) direito de cada casal e de cada indivíduo de decidir sobre o número de filhos que deseja; 5) afirmação do papel positivo do crescimento da população nos países em desenvolvimento; 6) instituição de uma nova ordem econômica.

A delegação brasileira presente ao conclave se pronunciou contra o controle da natalidade, alinhando-se ao lado das nações que combatiam toda e qualquer medida coercitiva da natalidade.

Era enfim o eco do movimento de resistência a uma política oficial da ditadura de controle da natalidade que chegava até a Rumania.

Ante o revés, os antinatalistas não se deram por vencidos. E no momento em que mil dificuldades econômicas surgem no país, assinalando a falência do «milagre brasileiro», o problema de atribuir à chamada explosão demográfica todas as dificuldades por que passa a política econômica da ditadura, volta à tona.

Pelas notícias que os jornais divulgam no país, novas tentativas vêm sendo feitas pelo

ABAIXO O CUSTO DE VIDA!

governo brasileiro no sentido de institucionalizar, ou melhor, de oficializar a política de controle da natalidade que, de maneira velada, há muito vem sendo aplicada em escala nacional, ainda que apenas à base de determinados planos pilotos.

Segundo denuncia o jornal *Movimento* em seu número de 24-5-76 nem alguns importantes organismos federais circula atualmente um relatório propondo que o país adote a nível oficial um programa de planejamento familiar.

Segundo o jornal, no final do relatório, se sugere o esboço de um planejamento familiar e se propõe medidas concretas nesse sentido.

POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

Os comunistas, diante dessas tentativas, manifestam-se radicalmente contrários a qualquer política forçada de controle da natalidade. Consideram que atrás de um controle forçado da natalidade, mesmo que sob eufemismo de «planejamento familiar», esconde-se a idéia de atribuir aos novos nascimentos, ao crescimento de nossa população, a fome e a miséria que se abate sobre nosso povo; as dificuldades imensas que nos dez últimos anos penetraram porta a dentro na casa dos trabalhadores. Elas são, isso sim, consequência da política econômico-financeira de ditadura, baseada na exploração cada vez maior das massas trabalhadoras e da entrega crescente de nossas riquezas à ganância dos trustes e monopólios; à ganância dos grandes conglomerados multinacionais que descarregam nos ombros do povo e da nação as consequências de seu acelerado enriquecimento.

Esta é uma política que deve ser denunciada, desmascarada e combatida por todo o povo brasileiro. E, em primeiro lugar, pelas mulheres.

Adotando essa posição, os comunistas levantam paralelamente a bandeira da luta por uma maternidade consciente. Acham, assim, que cabe a cada casal o direito democrático de decidir livremente, de acordo com sua consciência, concepção filosófica ou religiosa, o número de filhos que deseja ter. Para que este direito seja garantido é necessário que, de um lado, o Estado forneça a todos os casais os meios materiais necessários à concretização da idéia de ter uma família numerosa (salário à altura das necessidades, habitações descentes, escola gratuita, alimentação sadia, ajuda familiar etc.) e, de outro, que se coloque também à disposição dos mesmos, tanto as informações sobre os anticoncepcionais como os meios para obtê-los. Como conclusão, afirmam que qualquer planejamento familiar deve ser feito sob a estrita responsabilidade de cada família.

E mais ainda: para ampliar e dar sentido real e democrático a qualquer medida nesse terreno é preciso estimular e organizar um amplo debate nacional, em primeiro lugar entre as mulheres. Trata-se de ouvir as massas femininas, sem qualquer tipo de imposição, para que opinem, por exemplo, sobre as formas e os instrumentos da luta capazes de liquidar com uma legislação tão repressiva como a que regula o aborto. Nesse tipo de combate, as mulheres mais esclarecidas terão que realizar um grande esforço, a fim de convencer a imensa massa feminina, hoje colocada, propositadamente, à margem de qualquer informação correta sobre as questões relacionadas com sua situação econômica, política, social. Um tal esforço, nas condições atuais de nosso país, significa, de um lado, uma batalha para melhorar as condições da mulher, e, de outro, uma luta para alargar o caudal democrático orientado contra a ditadura. Porque, na verdade, esta nunca deixa de manifestar o seu ódio e obscurantismo ante qualquer passo que se tenta dar em direção à emancipação feminina.

O PCB FACE AO ACORDO NUCLEAR BRASIL-RFA

Os comunistas sempre tiveram, desde que se tornou conhecido o acordo nuclear concretizado com a RFA, uma posição muito clara a respeito da utilização da energia atômica nos quadros do regime em que vivemos.

Uma questão tem que ficar definida — seja para informar os jornalistas bem intencionados, que se deixam levar por falsas interpretações, seja como advertência aos maus intencionados, servidores conscientes da ditadura. O PCB não move oposição radical aos atos do fascismo por uma simples necessidade de marcar presença. Até porque, mesmo pelas contradições entre os interesses que representa, a ditadura é obrigada a tomar medidas que ferem os postulados mais reacionários que sustenta. Tal é o caso de aspectos de sua política exterior, por exemplo.

Os comunistas brasileiros sabem perfeitamente que o reconhecimento de Angola, a manutenção das relações diplomáticas com os países socialistas, o voto na ONU contra os sionistas, etc., não definem a linha da política exterior brasileira, visceralmente ligada à estratégia mundial do imperialismo.

Não. São de fato medidas tomadas no interesse do modelo exportador e dependente imposta pelos monopólios multinacionais à ditadura. Questão de negócios e não de princípios. Mas, nem por isso os comunistas se colocam contra essas decisões, porque, de uma ou outra forma, interessam ao povo brasileiro.

Mas tal não é o caso da energia nuclear onde, por trás da bandeira justa do progresso tecnológico, entrega-se à ditadura fascista, cujo caráter expansionista já nos cria sérios problemas com os povos vizinhos, e cujo caráter intervencionista ficou bem definido nos golpes contra as forças democráticas de Chile, Uruguai e Bolívia, a possibilidade de possuir armas atômicas.

Além disso, como revela a declaração do CC do PCB a respeito do assunto, existem condições, em nosso País, para obtenção da energia-hidroelétrica a baixo custo e sem riscos de poluição do meio-ambiente. Não é, portanto, a instalação de centrais nucleares nas proporções acordadas que vai determinar uma maior ou menor aceleração do nosso desenvolvimento.

A maneira de corrigir o subdesenvolvimento do nosso País está na mudança da nossa política econômica, na mudança do regime político. Está em por um fim à ditadura fascista, que existe para garantir a concentração da riqueza produzida por muitos nas mãos de uns poucos. Voltaremos ao assunto brevemente.



SAÚDE E ENSINO PARA TODOS!

Democracia não é «Desestatização»

O que está por trás do debate sobre «estatização» e «privatização» de nossa economia não é patriotismo, nem tampouco amor pela democracia. É tão incorreto ligar liberalismo econômico a democracia, quanto fazer o mesmo na relação antimeritismo-estatização, nos quadros do atual regime. Ao povo brasileiro interessa a defesa das empresas estatais, mas com o restabelecimento de um regime verdadeiramente democrático.

De alguns meses para cá vem avultando no Brasil o debate sobre a chamada «estatização» de nossa economia. Na medida em que se agrava a crise econômica a que o fascismo conduziu o país, quando em particular a dívida externa põe a nu os pés-de-barro do «milagre», a discussão se generaliza entre políticos, técnicos e empresários. Nem sempre a clareza é a preocupação número 1 dos que multiplicam declarações, opiniões, palpites a respeito. Quando alguns dos mais fiéis servidores do fascismo começam a jurar por Deus que a condição para que o Brasil se torne uma nação plenamente democrática é entregar as empresas públicas mais rentáveis aos grupos privados, não há cidadão honesto que não fique com a pulga atrás da orelha.

Quem está enganando quem, e com quais intenções?

O mistério dissipa-se quando se passa das palavras aos atos. No fim de maio, o BNDE apresentou ao Ministério do Planejamento uma proposta concreta de desestatização econômica.

Ela apresentava uma lista de empresas com capital nacional (muitas das quais, é importantíssimo lembrar, ligadas às multinacionais) que seriam chamadas a assumir o controle de quase todos os projetos e empresas hoje nas mãos do Estado.

Trocando em miúdos as informações oficiais chega-se ao seguinte quadro: a desestatização não significa a transferência de empresas e projetos governamentais à iniciativa privada nacional, mas a sua venda a grupos estrangeiros (associados ou não a monopólios nacionais) como meio de obter divisas, tendo-se em conta que a dívida externa já atinge hoje 25 bilhões de dólares e que diminui o número de organismos financeiros internacionais dispostos a conceder novos empréstimos ao Brasil. A ditadura se encontra naquela incômoda situação do devedor insolvente obrigado a ceder parte crescente do seu patrimônio para adiar a execução da dívida.

Essas informações são obviamente desmentidas, com veemência variável, pela presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, pelos mesmos portá-vozes que juravam de pés juntos que a Petrobrás era intocável... na véspera da entrega da Petrobrás.

O «BIG BOSS»

Já o sr. William Simon, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, se atrapalha me-

nos com sutilezas. Ele declarou, na sua recente visita, que seu país não está mais disposto a conceder crédito ao Brasil. Ora, na medida em que o mercado financeiro europeu está saturado de títulos da dívida brasileira — nos últimos 15 meses foram negociados mais de 4.500 milhões de dólares só em Londres — as multinacionais começaram a pressionar o governo brasileiro para que venda suas empresas mais lucrativas com vistas a cobrir o déficit da balança de pagamentos previsto até fins de 1981.

Ve-se logo que esta «solução», se a examinarmos do ponto de vista nacional, é ilusória. Os capitais estrangeiros, que porventura entrarem no país para comprar ações de companhias estatais, não atravessarão o Atlântico pelos nossos belos olhos. Como todo capital que se preza, seu objetivo é realizar os maiores lucros possíveis.

E esses lucros, como qualquer lucro de capital estrangeiro, deverá ser remetido para o exterior o que implicará numa descapitalização ainda mais intensa do país, em dificuldades ainda maiores em nossas contas externas. Mas o ponto de vista nacional não é o ponto de vista da ditadura.

A proposta do BNDE, de transferir as empresas estatais às empresas privadas nacionais é apenas uma forma de preparar a opinião pública para a idéia de vender o patrimônio do Estado a grupos estrangeiros. Ainda porque, como lembra o prof. Décio Munhoz, do departamento de Economia da Universidade de Brasília, em entrevista publicada, as empresas privadas nacionais não tem meios próprios para assumir compromissos como, por exemplo, projeto de exploração de minérios. Realmente, se o governo decidir vender a Vale do Rio Doce, não será o quitandeiro da esquina que a comprará...

Entre técnicos, políticos, intelectuais e mesmo alguns empresários de boa fé é unânime a opinião de que a iniciativa privada permanente nacional é incapaz de levar adiante os projetos indicados pelo BNDE, os quais inevitavelmente irão parar nas garras das multinacionais.

O Senador paulista Orestes Quêrcia, do MDB, denunciou no Senado «a alardeada estatização da economia brasileira e a real desnacionalização que vem sendo levada a efeito». O parlamentar apresentou um estudo tomando por base as 2.554 maiores empresas brasileiras, excluindo aquelas do «setor serviços», e chegou à conclusão de que entre elas há 48 estatais com 23% do patrimônio líquido total e à iniciativa privada cabe os outros 77%. Se se leva em conta que 19% do patrimônio líquido total é controlado pelas empresas estatais do petróleo e da siderurgia, setores considerados estratégicos, se conclui que a participação do Estado no conjunto da vida econômica é bastante pequena.

DESNACIONALIZAÇÃO

«É verdade que a livre iniciativa genuinamente nacional tem seus passos cada vez mais limitados. Mas o que está acontecendo na realidade não é uma estatização, e sim um processo galopante de desnacionalização. A economia brasileira, se ainda podemos chamá-la brasileira, acha-se debaixo do controle maciço de grupos estrangeiros», afirmou o Senador Quêrcia, observando que

das 2.506 empresas privadas analisadas pelo seu estudo, cerca de 60% são de capital estrangeiro. Ainda, em quase todas as atividades econômicas a participação das empresas estrangeiras se faz através das maiores empresas de cada ramo.

Em 1971 pelo menos 3.080 empresas brasileiras passaram a ter participação de capitais estrangeiros. Este número aumenta para 3.680 em 1974 e salta para 4.800 em 1975, o que representa um aumento de 57% em 4 anos. Segundo dados revelados por um inquérito do Senado norte-americano, de agosto de 1975, no quinquênio 1966/70 mais da metade, precisamente 52%, dos novos investimentos norte-americanos foram utilizados para a aquisição de empresas nacionais. Esta porcentagem passa a 61% entre 1971 e 1973. São capitais que se apropriam do que já existe, não trazendo nenhuma contribuição ao desenvolvimento de nossa economia.

«A desnacionalização é galopante, agressiva, violenta e pouco divulgada», diz ainda Orestes Quêrcia. E pergunta: «A estatização não existe nas dimensões com que vem sendo alardeada e exagerada por uma divulgação deformante. Por que existe esta diferença de tratamento?»

Deve-se reconhecer pelo menos a grande expertise dos profetas da «desestatização». Eles tem a habilidade de amalgamá-la com a aspiração mais ampla e profundamente sentida por nosso país, a democracia. Seu objetivo é de desviar a luta pela democracia do terreno das liberdades e da democracia política. Batem no peito e proclamam que a estatização leva ao totalitarismo e a privatização à liberdade.

Na verdade o que leva, como já levou, ao totalitarismo fascista é o monopólio, o imperialismo, a dependência, o capitalismo monopolista de Estado, a fusão dos monopólios privados estrangeiros e nacionais com o poder do Estado a fim de oprimir e de explorar o povo brasileiro, e em primeiro lugar a classe operária.

J. Tinoco

IMPORTANTE

O conhecimento amplo das posições dos comunistas é fundamental para a luta coerente pela democracia no Brasil

LEIA V.O. E PASSE PARA A FRENTE

A PETROBRAS TEM QUE SER NOSSA!